

Seria descabido e deselegante meter-me eu, sem qualquer capacidade, a tocar nos assuntos a serem tratados, dentro em pouco pelo eminente visitante e conferencista. Pego-lhe permissão, porém, para recordar um episódio que é mais dos fastos de Pernambuco do que dos da Paraíba, — demonstrando, de qualquer maneira, os elos que nos prendiam naquelas horas difíceis de setembro de 1821, um ano antes do grito do Ipiranga, quando bem se pode dizer que Pernambuco em peso se levantou contra a dominação lusitana representada em Luis do Rego Barreto, e tomou armas em Goiana, há cento e cinquenta e um anos marcados, precisamente, ontem mesmo.

Quando as tropas autonomistas marcharam contra o Recife, Luis do Rego calculou privá-los de sua base: solicitou, então, ao Governo da Paraíba que mandasse um batalhão de suas forças ocupar Goiana. Uma vez que os rebeldes, situados a meio caminho, deteriam os correios terrestres, a correspondência seguia em uma jangada, passando ao largo da zona de guerra.

Mas, a intervenção que a Paraíba resolveu ter em nossa luta, foi outra: em lugar de soldados de ocupação, enviou uma embaixada de paz.

Nos começos de outubro, quando Gervásio Pires Ferreira e Luis Francisco de Paula Cavalcanti, comissionados pela Junta Governativa do Recife, atravessaram as linhas do cerco da capital e foram ao quartel-general dos revoltosos, em Beberibe, negociar o que veio a ser a Convenção de 5 de outubro, a eles se foram reunir os três representantes do governo e do povo da Paraíba: lá estão as suas assinaturas na ata do acordo que praticamente firmou a independência pernambucana.

Ignoro se o Prof. José Pedro Nicodemos considera, em sua conferência, essa iniciativa, um tanto à margem dos problemas locais da Paraíba; se o fizer, o brilho de suas palavras não há de ter sido prejudicado pela rápida e incolor evocação que acabo de tentar. Confesso que hesitei antes de escrevê-la. Decidi-me imaginando ser este um meio de ressaltar aquele duplo fato que inspirou à Comissão da Universidade Federal de Pernambuco para o Sesquicentenário a promoção desta série de sábias conferências: o fato de em cada uma de nossas regiões ter ocorrido um processo isolado e próprio de procurar a Independência, e o fato de que havia, por dentro dessas diversificações, um instinto de convergência, uma vocação de unidade. Por isso, ao termo de tantas jornadas diferentes, por aqui e por ali, surgiu um resultado único — o Brasil solidário, íntegro e soberano.

À compreensão dessa aventura histórica, o Prof. José Pedro Nicodemos a quem saúdo em nome da Comissão promotora das conferências, vem trazer um concurso que todos nós sabemos, de antemão, precioso. Passemos a ouvi-lo, agradecendo-lhe desde agora o que nos vai ensinar. — *LUIZ DELGADO*

Antecipações liberais na Paraíba

JOSÉ PEDRO NICODEMOS

O estudo da contribuição do Nordeste à formação da consciência nacional evidencia que entre a Paraíba e Pernambuco houve sempre estreita ligação. Porque da Colônia ao Império uma interpenetração de interesses tornou comum a sua destinação histórica. E para tal efeito trabalharam condições geográficas, étnicas, sócio-econômicas e políticas. A interação desses fatores é pressuposto digno de nota, antes de qualquer referência à ação dos paraibanos ao tempo em que se processava a nossa autonomia política. Uma visão sumária e pluralista dos acontecimentos que a antecederam (isto é, aquela seriação de fatos históricos ao curso de mais de dois séculos) torna-se indispensável à compreensão das lutas emancipacionistas no Nordeste oriental.

A proximidade das terras da Paraíba, antiga Itamaracá, e o abandono em que permaneciam, cinquenta anos depois de iniciada a colonização de Duarte Coelho, não constituíram apenas um problema de segurança. Porque despertaram também a cobiça dos senhores de engenho de Pernambuco. Era o “Império do Açúcar”, que deslocava as suas fronteiras econômicas — como diria Normano — para proteger as fronteiras políticas do Império luso. Não há dúvida que, sem essa cobiça dos senhores rurais pelas terras devolutas da donataria de Itamaracá, os núcleos iniciais da colonização nordestinada não teriam efetivado a sua irradiação demográfica. Rarefeita embora, tal irradiação se fazia sob a influência de três princípios básicos, vislumbrados por João Ribeiro: condição econômica, necessidade de terras contínuas e aproveitamento de rios navegáveis. Sem essa expansão das sesmarias iniciais, todo o trabalho do colonizador português se teria prejudicado ante a permanência dos traficantes franceses, sobretudo no litoral da Paraíba.

E, por isso, estiveram unidos senhores rurais e comerciantes, altos funcionários e militares, religiosos e ameríndios. Deram-se as mãos, pois, os poderes econômicos, político e religioso, na obra da expansão territorial, cuja primeira etapa seria a terra dos Tabajaras, que, pacificados, se incorporariam à marcha vitoriosa dos lusitanos na expulsão dos traficantes franceses e na dominação dos silvícolas.

A conquista do litoral paraibano, no século XVI, constituía-se, por conseguinte, numa vitória da política hispânica. Ao mesmo passo, significava a ampliação dos interesses da agroindústria açucareira. Tem razão, pois, Gilberto Freyre, quando afirma:

“Foram os senhores de engenho pernambucanos que colonizaram a Paraíba e o Rio Grande do Norte, tendo de enfrentar índios dos mais brabos e valentes”... (1)

Esse pensamento se harmoniza com o do historiador paraibano Celso Mariz, que, nos seus **APANHADOS HISTÓRICOS DA PARAÍBA**, anota:

“A Paraíba forma-se sob os auspícios dos ouvidores de Pernambuco e à base das famílias portuguesas, que dali se vinham aqui estabelecer, e das aldeias tabajaras, agora convertidas e dirigidas pelos frades”. (2)

O povoamento da orla marítima do Nordeste representava, assim, uma vitória do privatismo econômico, incentivado pela hegemonia das coroas ibéricas. Privatismo econômico que presidiu a toda a obra colonizadora.

E assinale-se que tais conquistas territoriais tinham maior coloração privada que oficial ou real, condição importante para

(1) FREYRE, Gilberto — **CASA GRANDE & SENZALA**, Edição José Olympio, Rio de Janeiro, 1961, vol. II, pág. 600.

(2) MARIZ, Celso — **APANHADOS HISTÓRICOS DA PARAÍBA** — Imprensa Oficial Paraíba do Norte, 1922, pág. 25.

o futuro despertar do sentimento nativista, que, ao tempo do domínio holandês, viria a encontrar na Paraíba energia igual à de Pernambuco.

A propósito do caráter privatista da colonização, é valioso o ensaio de Nestor Duarte, que sentencia: “Há, por processo histórico e por temperamento, um privatismo português”. E, mais adiante, acrescenta o escritor baiano:

“Ao Rei caberiam os territórios desertos da colônia, a terra inocupada, porque o território social, o solo ocupado, como o que se conquistasse, pertencia e ia pertencer ao proprietário privado”. (3)

Releva focalizar tal aspecto, uma vez que a sua presença será uma constante na história da Paraíba, como de resto na de toda a Colônia. Se, na sua conquista, os agentes da dominação foram senhores de engenho, esse processo histórico não iria jamais cessar. As lutas contra os flamengos também seriam predominantemente de ação privada. Trabalho árduo de senhores de engenho. Homens armados pelos proprietários rurais formaram a vanguarda dos restauradores. Com efeito, as lutas pela reconquista do território canavieiro uniram todos os grupos étnicos do Nordeste. Portugueses e mazombos, índios e negros, mamelucos e mulatos. O nativismo emergente nessa ocasião tinha, portanto, raízes étnico-culturais. A constatação do privatismo dessas lutas está consignada num dos maiores trabalhos da historiografia especializada — **TEMPO DOS FLAMENGOS**. Nele, afirma o prof. José Antônio Gonsalves de Mello:

“A revolta de 1645 foi preparada não por elementos populares, mas pelos senhores de engenho; dizia certo depoimento que “a conspiração tem lugar pelos engenhos”. Nos engenhos era onde, segundo outro manuscrito, se fabricavam facas grandes chamadas “falcons” (sic). E não se deve esquecer que

(3) DUARTE, Nestor — **A ORDEM PRIVADA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NACIONAL** — Brasileira, vol. 172, págs. 17 e 24.

a senha dos revolucionários mostra claramente a classe envolvida no caso: a senha -era a palavra açúcar". (4)

Na verdade, a reconquista do solo paraibano projetou na história um eminente filho de senhor de engenho, André Vidal de Negreiros, cuja ação decisiva e heróica se afigurou a Varanhangen como "verdadeiro condutor da insurreição" e "como verdadeira alma dela". (5) Autêntica vocação de líder e de lutador, a sua ação histórica não se limitou à Paraíba, mas a todo o Nordeste, numa obra gigantesca de arregimentação. Obedecendo a ordens superiores e estratégicas, no sentido de destruir bens em roda do inimigo, não hesitou em incendiar os canaviais do próprio pai. (6)

Na Paraíba, como em Pernambuco e Bahia, a casa-grande tinha que ser centro de atividades econômicas, sociais e políticas. Centro de vida intelectual também. Por isso, na Paraíba seiscentista se escrevia um ensaio de crítica sócio-econômica, atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão, judeu e senhor de engenho, que lhe imprimiu a forma teatral de diálogos, DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL. Neles, um dos seus interlocutores — Brandônio — assim se refere ao desenvolvimento da sua sociedade agroindustrial:

"A Paraíba, por ser fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos em que se fazem, que no seu distrito estão situados, não poucos em número, usurpa o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais Capitanias deste Estado, porque, tirada a capitania de Pernambuco, que, com muita razão tem o primeiro de todos, e logo a da Bahia, a quem se

(4) MELLO, José Antônio Gonsalves — TEMPO DOS FLAMENGOS — Livraria José Olympio, 1947, pág. 276.

(5) VARANHAGEN, F. A. — HISTÓRIA DAS LUTAS COM OS HOLANDESES NO BRASIL DESDE 1624 A 1654 — Livraria Progresso Editora, pág. 268.

(6) MARIZ, Celso, ob. cit., pág. 37.

dá o segundo lugar, posto que seja cabeça de toda a província do Brasil, por assistir nela o Governador Geral, Bispo e Casa da Relação, logo esta Capitania da Paraíba ocupa o terceiro lugar, porque dá de rendimento à fazenda de Sua Majestade, nos dizimos que se pagam da colheita de suas novidades de açúcar, gado, mandioca e mais legumes, em cada um ano, passante de doze mil cruzados, e estes afora o que lhe montam nas alfândegas do Reino os açúcares que nelas entram, lavrados nesta Capitania, que são muita quantidade". (7)

Não será menos provável que na mesma Paraíba seiscentista se hajam escrito os 29 capítulos que o primeiro historiador brasileiro lhe dedicou. Pois não padece dúvida a presença de Frei Vicente do Salvador entre os seus franciscanos.

Após a expulsão dos batavos, a agricultura estava desorganizada. Os senhores de engenho tinham suas finanças abaladas. Exemplo disso é o caso de Duarte Gomes da Silveira, o benfeitor da cidade, que havia sido preso e perseguido. Era natural, portanto, que a capitania mergulhasse então num período de depressão econômica.

Mas a isso se seguiu a fase da interiorização do povoamento. Segundo Celso Mariz, em 1670, "a linha de habitação estacionava no Pilar". A esse tempo, ressaltou-se que baianos e paulistas se assenhoreavam das terras sertanejas no Nordeste, realizando a obra paralela de exploração econômica e de povoamento do ciclo do couro, que se estendia do São Francisco às nascentes do Parnaíba e Tocantins. Antes que lá chegassem os paraibanos, já no sertão do rio Piranhas se encontravam os emissários de Garcia Dávila e os bandeirantes paulistas.

Wilson Seixas, que revolveu documentos cartoriais de Pomboal, confirma esse encontro, quando diz:

(7) DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL, Imprensa Universitária, Recife, 1966. 2a. ed., pág. 20.

"Os parentes e herdeiros de Francisco Dias Dávila foram os que, primeiramente, possuíam terras nas ribeiras do Piranhas. Piancó e Rio do Peixe". (8)

Só no último quartel do século XVII é que partia do Pilar a bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo, que encontra, no Boqueirão de Cabaceiras, seu tio Antônio de Oliveira, com quem se articula para atravessar a Borborema e atingir o Piancó e o Piranhas. O velho bandeirante e fundador de Campina Grande recebia o patrocínio do governo. Estabelecidos no sertão, os bandeirantes não se limitariam à pecuária. Posto fosse essa a sua atividade dominante, logo precisariam de cuidar também de um tipo de agricultura ecológica — o algodão, de tanta repercussão no século seguinte.

Tanto o povoamento do litoral como o do sertão do Arraial de Piranhas, ou Piancó, tiveram origens pernambucanas, não sendo estranhas as ligações com a Casa da Torre, da Bahia. E essas influências da capitania do sul nos dois povoamentos se refletirão mais tarde, nos movimentos insurrecionais que, como se irá ver, precederam a Independência. Na realidade, as duas sociedades, de produção econômica distintas e fixadas em regiões fisiográficas diferentes, não poderiam permanecer isoladas. A necessidade do comércio entre as duas ditou a aproximação, que se fez pelo retorno dos mesmos caminhos trilhados. O encontro de criadores e plantadores de cana se deu na zona do brejo. Surgiu então a importância do rio Mamanguape nessa união das duas economias, com a necessária troca de seus produtos. De Alagoa Grande, onde passa o Mamanguape, subiam a serra do Brejo de Areia. Todavia, através do mesmo rio, caíam no litoral do povoado de Mamanguape, de onde se ligavam com o grande comércio lusitano do Recife. À capital só recorriam os povoados mais próximos e os engenhos que ficavam em suas imediações.

Importa não perder de vista que a Bahia e Pernambuco se converteram em centros de dispersão, em fontes de irradiação

(8) SEIXAS, Wilson — O VELHO ARRAIAL DE PIRANHAS (Pombal), Gráfica e Imprensa, Edição de 1962, pág. 22.

ção populacional, com dois roteiros. O do litoral, protegido pelos órgãos do Governo, mas escudados nos latifundiários do açúcar, cujas famílias patriarcais, lusas ou mazombas, iam alongando os seus domínios pelas várzeas do Paraíba. Enquanto o outro, abrindo picadas pelas veredas interioranas, pelos caminhos de "pés postos", semeavam o agreste e o sertão de ranchos criatórios. Este, pela própria natureza da pecuária era instável, buscando novos pastos ainda não pisados e o mercado para os produtos nas feiras, onde se realizavam as trocas. O primeiro era marcado pela fixação, pois os canaviais não dispensavam a presença dos seus donos. E o engenho era, para a época, indústria assás complicada, com uma hierarquia de funções, desde a mais rudimentar mecânica à química empírica. Essa diversificação da economia nordestina terá sido talvez mais acentuada na Paraíba, onde as terras de reduzida precipitação pluviométrica são relativamente mais abundantes do que na vizinha capitania do Sul.

Tal constatação explica a crise econômico-financeira em que se viu abatida a Capitania no século XVIII. A exemplo do que fizera Euclydes da Cunha em plano mais amplo, José Américo de Almeida, no seu estudo A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS, enumera as incidências cíclicas das secas nos fins desse século. À queda da produção econômica, decorrente em grande parte do fenômeno climático, se veio juntar o desastroso monopólio da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba no reinado de D. José I. E o pior é que para conjurar o reflexo dessa depressão na arrecadação fiscal, o Marquês de Pombal determinou a anexação da Paraíba à capitania de Pernambuco, decisão do Conselho Ultramarino, efetivada em 1755. Não foram menores os efeitos depressivos de tal medida, que agravou aquele fenômeno — já denunciado por Brandônio, nos DIÁLOGOS — da expressiva polarização do comércio pernambucano, resultando na ausência de investimentos locais, sobretudo na agricultura, que continuava a ser praticada pelos processos mais primitivos. A esse respeito, assim se pronunciou o ensaísta paraibano:

“O espírito público vivia deprimido por essa subordinação, que se prolongou até 1799. A Paraíba devia a Pernambuco a conquista e a sua formação social, mas já prescindia da tutela”. (9)

Mas, desde 1798, era governador o capitão Fernando Freire Delgado de Castilho. Incumbido de se pronunciar com imparcialidade, não ficou indiferente à crise. Enviando um relatório a Lisboa, o capitão fez uma análise conjuntural, tão corajosa quanto, para o tempo, avançada em seus diagnósticos. Concluiu por solicitar a volta da autonomia paraibana, o que se efetivou pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799. Apenas uma restrição se impunha, a que dizia respeito à segurança interna e externa. Reatou-se daí por diante o comércio direto com Lisboa.

A historiografia econômica registra certa euforia experimentada, nesse fim do século XVIII, pela economia colonial, em consequência das guerras napoleônicas, reduzida que fora na Europa a produção açucareira da beterraba. Por outro lado, a Revolução Industrial inglesa solicitava outro produto tropical: o algodão. Entretanto, o escoamento da produção algodoeira encontrava fortes competições internas, notadamente do Maranhão. Ressalte-se também as flutuações dos preços no mercado externo, nem sempre satisfatórios.

Em meio a tais contingências sócio-econômicas se teriam de interpor fatores políticos de ordem internacional. Repercutiriam no Nordeste as idéias libertárias, que emanavam da Revolução Francesa e da Independência Americana.

A Paraíba, que já dera no século XVII o maior chefe das lutas contra os holandeses, se antecipava em dar ao Brasil ao fim do século XVIII, um ideólogo do liberalismo. O primeiro herói, o da Restauração, saíra da sociedade açucareira. O último vinha do sertão. Era egresso do grupo pecuário-algodoeiro. Na

verdade, filho de rico fazendeiro de Pombal, Manuel de Arruda Câmara teve de deixar sua vila para estudar em Goiana, com os carmelitas, ali instalados desde 1666. Não largara a sua Capitania senão pelo fato de inexistirem recursos educacionais à altura de suas necessidades. De fato, depois da expulsão dos jesuítas, somente em 1766, o Marquês de Pombal decidiu-se a atender ao apelo da sociedade paraibana, criando uma aula de Latim na capital, que somente viria a ser provida em 1783. José Batista de Melo, considera tal ato “o marco do ensino oficial” na Capitania. (10)

Indeciso entre a vocação religiosa e a científica, Arruda Câmara buscou a Europa. Estudou em Coimbra. Mas, atraído pelas idéias francesas, acabou em Montpellier, onde se diplomou em Medicina e Filosofia. Amigo de José Bonifácio, declinou de acompanhá-lo como bolsista de Portugal, no roteiro vitorioso que o paulista realizaria pelos centros de cultura da Europa.

Voltando à sua terra, haveria de desempenhar duas funções importantes: a de naturalista e a de político. Assim, sob o disfarce de atividade litero-científica, fundava uma sociedade secreta — o Areópago de Itambé, nos fins do século XVIII.

Situado em zona fronteiriça, era estratégico o local do grêmio, que terá sido a primeira loja maçônica do Nordeste. Congregando padres, senhores de engenhos de Pernambuco e da Paraíba, como pequenos burgueses, o grêmio desempenhou papel importante na difusão da ideologia democrática. Não demorou a produzir os seus efeitos. Na verdade, em 1801, estalou em Pernambuco a chamada rebelião dos Suassunas, de que resultou a prisão dos irmãos Francisco de Paula Cavalcante e Luiz Francisco de Paula e a fuga de outro para a Inglaterra. Era a república pregada por Arruda Câmara, que fazia em terras pernambucanas a sua primeira investida. De tal vinculação ideológica dos senhores do engenho Suassuna ao Areópago de

(9) ALMEIDA, José Américo de — A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS, Imprensa Oficial — Paraíba — 1923, pág. 202.

(10) MELO, José Batista de — EVOLUÇÃO DO ENSINO NA PARAÍBA, Imp. Oficial — João Pessoa, 2a. edição, pág. 18.

Itambé não há como duvidar. Pois disso deixaria prova, mais tarde, o escrívão da alçada, enviado da Corte para a devassa da Revolução de 1817, desembargador João Osório de Castro, quando escreveu ao Ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal:

“Segundo aqui tenho concebido, o projeto da Revolução era antigo em Pernambuco, a explosão, porém, no dia 6 de março foi intempestiva e obra do acaso”. E mais adiante:

“As idéias começadas pelos dois Arrudas, médicos em Goiana, pelos vigários de S. Antônio e Recife, cresceram e propagaram-se pelo estabelecimento das lojas maçônicas, nas quais excluídos das suas sessões particulares os maçons europeus, a maior parte dos quais eram filhos do país, seduzidos desde 1814 pela chegada de Domingos José Martins, se fizeram conspiradores”. (11)

O naturalista Manuel de Arruda Câmara exercia no interior as funções de médico e de pesquisador da flora e dos minérios do Nordeste. Nessa última atividade se aproximaria de um jovem inteligente, que dele receberia as duas influências, a científica e a política. Com efeito, em Tracunhaém, vizinho de João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, nele descobriu talento artístico. O sábio naturalista tomou o encargo de sua educação. O discípulo passou a viajar com o mestre, que o fazia desenhar-lhe as espécies classificadas, principalmente as botânicas. Nasceu daí uma grande amizade, que levaria o mestre a dar o nome do discípulo à mangabeira, batizada com o rótulo de RIBEIRA SORBILIS. (12) Morto Arruda Câmara em 1811, João Ribeiro abandonaria as viagens científicas, para, de vol-

(11) MACHADO, Francisco de Maximiano L., na sua Introdução à História da Rev. de Pernambuco em 1817 — Francisco Muniz Tavares — 2a. edição, Nota à pág. XVII.

(12) Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco — Sebastião de Vasconcelos Galvão — Rio de Janeiro, 1927 — 3a. edição, vol. S a Z, pág. 172.

ta ao Recife, entrar no Convento do Carmo. Daí se transferiria para o Seminário de Olinda, onde se fez professor de Desenho e de outras matérias, depois de aprimorar-se em Lisboa.

A liderança política do Dr. Arruda Câmara e seus objetivos liberais e republicanos, ele os legou ao auxiliar de trabalho, quando pressentiu a morte. Em verdadeira carta-testamento, o sábio paraibano assim reafirmava a sua política. Não escondeu nessa ocasião os seus planos libertários. Também confessou a sua desconfiança em relação ao irmão, Francisco de Arruda Câmara, que igualmente médico, viria a militar depois como amigo da coroa. Deixou nesse impressionante documento conselhos de ação política como estes:

“Tenham todo o cuidado ao adiantamento dos rapazes Francisco Muniz Tavares, Manuel Paulino de Gouveia, José Martiniano de Alencar e Francisco de Brito Guerra”.

“Como assim acabem com o atraso da gente de cor, isto deve cessar, para que logo que seja necessário se chamar aos lugares públicos haver homens para isto, porque jamais pode progredir o Brasil, sem eles intervirem coletivamente em seus negócios, não se importem com essa acanalhada e absurda aristocracia cabunda, que há de sempre apresentar fúteis obstáculos. Com monarquia ou sem ela, deve ela, a gente de cor, ter ingresso na prosperidade do Brasil”. (13)

Depreende-se daí a profunda identidade de atitudes dos dois grandes naturalistas brasileiros: Arruda Câmara e José Bonifácio. Ambos fizeram ciência e política, ambos foram reformadores sociais e anti-escravistas. Até no admitir a transigência com a monarquia, o médico paraibano não destoou do mineiro mineralogista de Santos.

(13) CASTRO, Oscar de — ARRUDA CÂMARA, União Editora, 1964 — pág. 30.

A doutrinação de Arruda Câmara foi continuada pelo Seminário de Olinda, onde, ao lado da teologia, eram lidos os enciclopedistas franceses. Montesquieu era conhecido dos clérigos. Padres de Olinda e comerciantes do Recife continuaram a obra revolucionária do Areópago de Itambé. Iniciado na Europa, Domingos José Martins difundia no Recife a maçonaria. Clérigos e maçons se uniram e a Revolução de 1817 estorou no Recife a 6 de março, através dos conhecidos incidentes militares.

Dada a proximidade geográfica e afinidade de pensamento entre as duas províncias, não tardaria a refletir na do Norte a rebelião pernambucana. A notícia chegara no dia 8 de março, um tanto imprecisa, até que se emitisse a informação confirmatória do comandante da vila de Goiana. Recebera o comunicado o triunvirato interino, constituído pelo Ouvidor da comarca André Alves da Silva, Tenente Coronel Ajudante de Ordens Francisco José da Silveira e o mais velho vereador da Câmara da cidade.

Da vila de Itabaiana iriam partir as adesões iniciais e organizar-se mesmo o primeiro corpo de insurretos, explicável pela presença do maior número de jovens educados na vizinha província do sul. Coube a liderança a Manuel Clemente Cavalcanti e André Dias de Figueiredo. O objetivo era a capital, porém a primeira etapa seria a vila do Pilar, onde, a 12 de março, a arregimentação se fazia cada vez maior.

Os acontecimentos da capital se precipitam no dia 13, quando ao Palácio chegam o Cel. Silveira e o Cap. Manuel de Almeida. A notícia da fuga do Ouvidor justificou o convite ao tenente-coronel Estevão Carneiro da Cunha e ao coronel Amaro Gomes Coutinho. A estes pediram os remanescentes da Junta Governativa, a entrega do governo àqueles que legitimamente o deveriam exercer.

O dia 15 assinala a entrada na capital do exército do Pilar, com mais de dois mil homens. Reunidos os chefes da insurreição, organizou-se o governo revolucionário republicano com os seguintes nomes: Pe. Antônio Pereira de Albuquerque, Inácio

Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silveira e Francisco Xavier Monteiro da Franca.

As primeiras preocupações institucionais sintonizavam com as adotadas em Pernambuco, tais como abolição de bandeiras, insígnias reais e mudança de tratamento pessoal. Mas as concessões de natureza fiscal ultrapassavam os limites do razoável. Decretou-se a abolição de impostos sobre carnes verdes, lojas, tavernas, além da redução à metade dos direitos alfandegários. Tais medidas, profundamente solapadas da fazenda pública, chegaram a decepcionar o governo pernambucano, que não attingira tais excessos. Em larga carta, o Pe. João Ribeiro, membro do Governo de Pernambuco, criticou tais liberalidades, alegando:

“A Paraíba é tão vizinha de Pernambuco, os hábitos e costumes dos seus habitantes são tão semelhantes, que as leis, que convieram a uma, convirão necessariamente à outra Província; o terreno da beira-mar de ambas as Províncias dão as mesmas produções; o médio, as mesmas; o do interior, as mesmas, que são gados e algodões: que precipitação tem, pois, sido vossa em promulgar tantos decretos? ao menos se nos consultasseis!...” (14)

E mais adiante conclui que tais contradições o levavam à “opinião de que Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará devem formar uma só República, devendo edificar uma cidade central, para a capital”... (15)

Um papel de relevo foi confiado ao ajudante do Batalhão de Linha, José Peregrino Xavier de Carvalho, que chefiou uma expedição ao Rio Grande do Norte, com cinquenta soldados e duas peças de artilharia. O capitão-mor da cidade da Paraíba, João de Albuquerque Maranhão, incorporou-se à expedição.

(14) PINTO, Irineu Ferreira — Datas e Notas para a História da Paraíba — Imprensa Oficial — Paraíba do Norte — 1908 — pág. 259.

(15) Idem, ibidem.

O ideal republicano não se restringiu à região do açúcar. O sertão da Paraíba também se deixou contaminar do seu delírio transitório. Em Souza, os Padres Luis José Correia de Sá e José Martiniano de Alencar concertaram planos para sublevar o Ceará. Também em Pombal, o Vigário José Ferreira Nobre pregava aos fiéis o regime republicano. Na Vila Nova da Rainha, outro padre, José Nunes, desfraldava a bandeira branca da democracia e mandava afixar no Pelourinho um edital do Governo Revolucionário. No mês de abril já era de incertezas e de dúvidas o clima do novo regime, o que determinou a ida de Amaro Gomes Coutinho ao Recife, em busca de armas.

Não tardou muito a reação. A 3 de maio "um mulato conhecido por Bastos", pequeno proprietário no Pilar, iniciaria a contra-revolução, que contaminaria os três líderes rurais, João Alves Sanches Massa, Senhor do engenho Pacatuba, aliado ao coronel de milícias Matias da Gama Cabral, começa a reanimar os realistas. A esses contr-revolucionários se juntam o Pe. Manuel Lourenço e o Pe. Manuel Anselmo, demandando todos a capital.

Dois batalhões revolucionários saíram ao encontro dos realistas, o que se verificou em Tibiri. Minadas as forças rebeldes, não obedeceram ao sinal de ataque aos contra-revolucionários. Deu-se afinal a capitulação, assinada no Mosteiro de S. Bento. Restabeleceu-se o governo de Portugal, representado por uma Junta Governativa.

No seu ensaio A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO DE 1817, Archimedes Cavalcanti dedica um capítulo aos heróis sacrificados. Depois de referir-se à prisão de mais de cem patriotas, levados à Bahia e a Pernambuco, escreve o pesquisador paraibano:

"Foi no Campo do Erário — depois batizado de Campo da Honra em sufrágio dos magnânimos precursores da Independência, — na capital maurícia, onde, entre a escolta dos milicianos e a diminuta procissão das irmandades religiosas, subiram ao cadafalso Amaro Gomes da Silva Coutinho, José Peregrino

no Xavier de Carvalho, Francisco José da Silveira, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão e Padre Antônio Pereira de Albuquerque Melo". (16)

Em uma de suas magistras conferências na Paraíba, o professor Nilo Pereira reportou-se à insurreição de 1817 nestes termos:

"Ela é na Paraíba uma revolução peregrina, até mesmo porque o seu jovem revolucionário é um peregrino entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, assegurando a nova ordem que surgia sem temer as consequências". (17)

A despeito da força repressiva do Poder Público, não cessariam tão cedo os efeitos da doutrinação liberal no Nordeste. Tais efeitos serão facilmente reconhecidos pelo observador dos acontecimentos de 1820. A distância era curta e as raízes da Revolução Constitucionalista não deixavam de ser liberais.

Enquanto a Revolução Pernambucana se inspirava no antagonismo entre proprietários rurais e mercadores portugueses, sendo anti-lusitana e democrática, a de Portugal, posto não tivesse a índole anti-monárquica, se dirigia contra o domínio anglicano em sua vida econômica e político-administrativa, sem deixar de apresentar matizes populares.

No Brasil — particularmente no Nordeste — oferecia-se nova oportunidade a que os revolucionários retomassem o comando do processo histórico. As prisões baianas se abriam, a esse tempo, e de lá voltavam as centenas de patriotas envolvidos nos dramas dos crimes de lesa-majestade.

Vitoriosos no Brasil os princípios constitucionalistas, D. João VI se viu obrigado a jurá-los. Em Pernambuco, onde o republicanismo ainda tinha suas ressonâncias, a repercussão se li-

(16) CAVALCANTI, Archimedes — A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO DE 1817, A União Editora, pág. 83.

(17) PEREIRA, Nilo — UMA REVOLUÇÃO PEREGRINA, Universidade Federal da Paraíba, 1972 — pág. 9.

mitara às esferas oficiais. O Governador, General Luis do Rego Barreto, nomeou a Junta Constitucional Governativa, de que se fez presidente, a 31 de março de 1821.

Na Paraíba, a Constituição Portuguesa é proclamada a 17 de abril pelo governador da Capitania, nove dias antes do embarque de D. João VI para Portugal.

Depois de tais medidas, em junho desse mesmo ano regressam ao Recife, egressos dos cárceres de Salvador, dois patriotas de 17: Manuel Clemente Cavalcanti e Felipe Mena Calado da Fonseca, com o projeto de promover o afastamento de Luis do Rego.

Volta Goiana a desempenhar a função de centro de agitações político-revolucionárias das duas décadas anteriores. Reunem-se ali proprietários dos municípios vizinhos, articulados com a Câmara, daí nascendo para a Província um Governo Temporário sob a presidência de Francisco de Paula Gomes dos Santos. Tais acontecimentos, ainda pouco divulgados pela nossa historiografia, tiveram segura interpretação no trabalho do Prof. Luiz Delgado, A CONVENÇÃO DE BEBERIBE (18).

Ainda aí não deixou de estar presente a Paraíba. Primeiro, pelo chefe das forças de Goiana, Manuel Clemente Cavalcanti, natural de Pilar e deflagrador da Revolução de 1817 na Paraíba, na vila de Itabaiana, após o que entrou na capital dirigindo um exército de mais de dois mil homens. Segundo, pelas solicitações de que foi alvo o seu governo, ora no sentido de combater as forças liberais de Goiana, ora no sentido de auxiliá-las.

De fato, registra Irineu Pinto o ofício datado de 21 de setembro e assinado pelo General Luis Barreto, fazendo ao general Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, governador da Paraíba, veemente apelo:

“Mande já e já uma força sobre Goiana, que tome em nome do Governo Constitucional de Per-

nambuco, estabelecido na Capital e das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação, que proteja os habitantes, que solte os presos que eles tiverem feito e resista aos inimigos quando voltarem”. (19)

Já se decidira o Governador pelo atendimento quando, por representação do povo, se reuniu e determinou invalidar a medida, ao mesmo tempo que se resolveu eleger uma Junta Governativa, de acordo com a Constituição jurada. Muito elucidativo do estado de espírito que ditou a medida é o teor do ofício dirigido ao governador, que tem tópico desta natureza:

“Nós vivemos nesta Província debaixo de toda a paz e harmonia e nada temos com aquela outra e não devemos concorrer para uma guerra civil, indo atacar aos nossos mesmos irmãos, que se não afastam da Constituição e que só querem sacudir o jugo do despotismo”. (20)

Mas não findou nisso a ação governamental. Além de sustentar a marcha da tropa já afastada, convocou então “um Conselho dos principais homens e autoridades para deliberar se devia ou não auxiliar o Governo Provisional e Temporário de Goiana contra o Governo de Pernambuco”. (21)

A decisão foi das mais importantes para o curso da rebelião de Goiana. Ficou estabelecido que uma deputação, constituída do Ouvidor Geral, Francisco de Souza Paraíso, Ten-Coronel João Araújo da Cruz e Pe. Amaro de Barros de Oliveira Lima, deveria tentar a conciliação das forças em choque.

O Recife foi cercado e os liberais de Goiana transferiram o seu governo e quartel-general para Beberibe. É nessa situação que Luis do Rego resolveu fazer uma proposta de paz, envian-

(19) PINTO, Irineu Ferreira — DATAS E NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PARAÍBA, Imprensa Oficial, Paraíba do Norte 1916, vol. II, págs. 12 e 13.

(20) Idem, ibidem — pág. 13.

(21) Idem, ibidem — pág. 13.

(18) DELGADO, Luiz — A CONVENÇÃO DE BEBERIBE, Univ. Fed. do Pe. 1971.

do a Beberibe o comerciante Gervásio Pires Ferreira, Luis Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e um dos emissários da Paraíba, o tenente-coronel João de Araújo da Cruz.

A Convenção de Beberibe ocorreu a 5 de outubro de 1821 e dela resultou a coexistência dos dois governos, com jurisdições distintas, até que se elegeisse a Junta Provisória do Governo da Província de Pernambuco, o que se deu finalmente a 26 de outubro de 1821, sob a presidência de Gervásio Pires Ferreira. (22)

Luiz Delgado ressalta certa cordialidade no trato dos insurgentes de Goiana e Beberibe, a trocarem ofícios, chegando à conclusão de que:

“Pegando em armas, a Revolução de 1821 queria antes de mais nada, curiosamente, argumentar e persuadir”. (23)

É lícito, pois, indagar agora se esse interesse de “argumentar e persuadir” não teria começado na Câmara da Paraíba, quando vetara a remessa de sua tropa de linha contra Goiana, como pedira Luis do Rego. Pois, ao invés disso, propôs-se a conciliação, que afinal se positivou.

Não andavam em sossego as coisas na Paraíba. Também agitado lhe estava sendo o ano de 1821. Depois do juramento da Constituição, conforme refere Irineu Pinto, dois partidos se defrontavam: o constitucionalista e o anticonstitucional. Compunha-se, este, de elementos do interior e apresentava-se mais radical exatamente na região açucareira, onde se originara a revolução e também a reação de 1817. Em torno de João Alves Sanches Massa, se arregimentaram militares de linha, de ordenanças e de milícias. Contavam com a simpatia do governador Joaquim Rebello, que deixara transpirar o seu reacionarismo, ordenando prisões de liberais constitucionalistas.

(22) DELGADO, Luiz, ob. cit., pág. 15.

(23) Idem, ibidem — pág. 15.

Já estavam eleitos, desde 27 de agosto, deputados às Cortes portuguesas: P. José da Costa Cirne, Francisco de Arruda Câmara, Francisco Xavier Monteiro da Franca e Virgínio Rodrigues Campelo.

Promoveu-se, no dia 25 de outubro, a eleição da Junta Governativa da Província, cuja presidência coube ao tenente-coronel João de Araújo da Cruz, enquanto na Secretaria foi posto o advogado Augusto Xavier de Carvalho.

O exame de documentos, emanados da Província da Paraíba e guardados no Arquivo Estadual de Pernambuco, mostra a verdadeira extensão das rebeliões interioranas. Trata-se de ofícios que denunciam perturbações da ordem e pedem ajuda à vizinha província do sul, onde se concentravam maiores contingentes militares, ante o prolongamento de sua jurisdição nos assuntos de ordem pública.

Um desses ofícios, assinado pela Junta recém-eleita e datado de 19.12.1821, anuncia uma tentativa de rebelião no seio do Batalhão de Linha, visando a evitar a posse dessa Junta. Aponta como responsável o cabo João Alves Massa, “filho natural de João Sanches Massa, o grande chefe dos anti-constitucionais desta Província”. (24)

Prosseguiram as desordens pelo ano de 1822. A 4 de fevereiro, a Junta da Paraíba se dirige à de Pernambuco, anunciando o seguinte:

“Nesta Província infelizmente começam a tomar corpo partidos, que há muito fermentam, e receamos muito não poder sossegá-los”, acabando por solicitar oportunamente o concurso das tropas da unidade administrativa vizinha. (25)

Repete-se o apelo a 11 do do mesmo mês, enviando cartas

(24) Doc. do A. P. do E. de Pernambuco.

(25) Vale a pena transcrever estes tópicos: “Estas sagradas causas que, como VV. Exas., juramos e protestamos sustentar com todos os esforços, estão aqui agora também ameaçadas, tendo podido os inimigos dela, inimigos de El Rei, das Cortes e da boa ordem, seduzir o batalhão de linha, ou uma parte dele,

do Rio Grande do Norte sobre problemas de segurança, e dando conta de "motim, tumulto e mesmo rebelião formal". (26)

Volta a Junta da Paraíba, com um expediente datado de 22 do mês seguinte, a fornecer relato de desordens em Cuité e Vila Real de Brejo de Areia, cometidas por uma "Companhia que consta de 700 homens", a que se uniram "caboclos de Mamanguape e Preguiças, (hoje Rio Tinto) fazendo mortes e saques". Continua informando que, depois de perpetrar dez mortes, a Companhia rumava para Alagoa Grande e Areia, "com um exército de novecentos homens". (27)

Em outro documento, assinado cinco dias depois (27-2-822), era enviada a crônica de mais fatos criminosos praticados por um grupo de novecentos homens, que de Guarabira passara por Alagoa Grande, em demanda de Brejo de Areia. (28)

que no dia 4 do corrente declarou um motim, tumulto e mesmo rebelião formal para expulsar o comandante que direita e legalmente lhe havia sido dado"...
"O comandante teve de ceder ao pedido amotinado, porque não teve nem força capaz de repelir tumulto, que, tendo-se engrossado de povo, apresenta consequências; e esta Junta pela mesma razão não pode preencher o seu dever".

"Lembrou requisitar a VV. Exas. e ao Exmo. General Governador das Armas dessa Província uma força, que as circunstâncias fazem muito necessária; mas vendo por uma parte que V. Exas. mesmos já uma vez nos disseram que não estavam nas circunstâncias de a dispensar; por outra parte receando que esta medida não indisponha e exaspere os ânimos, e resulte enfim a guerra civil, que antolhamos com muito horror, assentamos chamar as milícias ao serviço, e ir assim paliando, e dissimulando, até que as circunstâncias nos insinuem e ditem medidas mais pendentes ou até que o Soberano Congresso; e El Rei a quem passamos a representar, determine nossa conduta; protestando não desviarmos um ponto do que nos for determinado; suplicando entretanto a VV. Exas. a sua assistência, e mesmo pendentes conselhos em circunstâncias tão árduas; e concluindo finalmente com as tantas vezes com os protestados votos de estima e consideração pelas pessoas de VV. Exas., a quem Deus guarde por muitos anos. João de Araújo da Cruz, Presidente, Galdino da Costa Vilar, João Marinho Falcão, Augusto Xavier de Carvalho.

(26) Doc. do A. P. do E. de Pernambuco

(27) Doc. do A. P. do E. de Pernambuco

(28) Doc. do A. P. do E. de Pernambuco

A Junta dá prosseguimento à sua luta, dando conta, em ofício de 7 de março, da prisão dos chefes do movimento e pedindo que, em tal condição, sejam conservados em Pernambuco. (29) Passados quatro dias, refere-se a fatos lamentáveis em Mamanguape, praticados por uns 700 homens amotinados. (30)

O intercâmbio entre as duas províncias poderia continuar a ser exemplificado, por meio de outras comunicações, em sua maioria a propósito dos "malvados", dos "anti-constitucionais" e dos "inimigos de El Rei".

Seria do maior proveito para a historiografia nacional que esse período de ocorrências autonomistas merecesse maior estudo, fruto de pesquisas mais avultadas. Só assim se poderia saber se a conduta dos indigitados anti-constitucionais teria explicação diferente da que lhe sugere a atribuição da Junta paraibana. Onde andariam, nesse período conturbado, os republicanos de 17, soltos com Manuel Clemente, o combatente de Goiana?

Valeria a pena continuar as investigações suscitadas pelo Sesquicentenário da Independência. Investigações que não se limitassem ao descritivo. Mas que dessem continuidade a estudos de história, de sociologia e de psicologia social, já iniciados no Nordeste, notadamente no Recife, buscando interpretar lucidamente a conduta da sociedade nordestina do século XIX. Pois da necessidade de constituir o seu passado social, já tomam consciência pesquisadores de Universidades de outras regiões, como acaba de fazer o Prof. Carlos Guilherme Mota, da Universidade de São Paulo, com o seu "NORDESTE 1817". Nele faz o docente paulista abordagem nova da história social, a da história das mentalidades das classes envolvidas nos conflitos regionais, "alguns dos parâmetros da vida mental nordestina". (31) A

(29) Doc. do A. P. do E. de Pernambuco

(30) Doc. do A. P. do E. de Pernambuco

(31) MOTA, Carlos Guilherme — NORDESTE 1817 — ESTUDOS, ed. USP.

documentação consultada é vasta e o trabalho sugere meditação, partindo do regional para o nacional.

Em conferência proferida em João Pessoa, em julho deste ano, Eudes Barros analisou o comportamento das Juntas das províncias nordestinas em relação à posição de D. Pedro I, depois do FICO, ressaltando a da Paraíba, que mantinha frequentes contatos com José Bonifácio. Apontou "as demoradas comunicações postais bem como as delongas de outras formas de contato" como "responsáveis tanto pelo extremado regionalismo político dos pernambucanos e gaúchos como paradoxalmente, pela conformada submissão das províncias do Extremo-Norte e do Brasil Central às Cortes de Lisboa, até pouco depois da Independência". (32)

Por outro lado, no seu estudo introdutório à HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO em 1817, Maximiano Lopes Machado já havia afirmado que "Domingos José Martins não viera de Londres, como dizia-se, a pretexto de conhecer o estado das casas filiais da firma Dourado Dias & Cia.". E argumentava que "se existia acordo entre as províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, como fica reconhecido, a Revolução de 1817 não era evidentemente uma aspiração local", como reconhecia não serem locais os erros do absolutismo português. (33)

A lentidão das comunicações do tempo, não há negar, causava, em 1822, o conhecimento tardio das grandes etapas da Independência. No Arquivo Nacional, Eudes Barros encontrou o manuscrito, datado de 2 de abril, em que a Junta, ciente do FICO, se solidarizava com o Regente do Reino, numa atitude franca e de "fiel subordinação", o que significava rompimento com a política das Cortes. (34) Tal solidariedade provocaria o

(32) BARROS, Eudes — A PARAÍBA E A INDEPENDÊNCIA — Imp. Univ., 1972 — pág. 6.

(33) TAVARES, F. Muniz — HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO de 1817, 2a. ed., 1884, pág. XXXIII e XXXVII.

(34) Ob. cit., pág. 8.

afastamento da presidência da Junta do português João de Araújo da Cruz, que, num gesto digno, voltou à sua pátria, fiel ao seu rei, D. João VI.

A Paraíba continuaria unida a volta dos seus governantes, para solenizar a aclamação do primeiro Imperador. Em ofício, que tem a data de 25 de novembro de 1822, agradece à Junta de Pernambuco a notícia da Aclamação do Imperador, acrescentando "justo é que também participemos que o dia 17 de dezembro está afixado para solenizar nesta Província as Festas Reais". O documento em foco dá outra nova importante:

"Cumpre mais participar a V. Exas. que neste momento se fez na sala do Governo uma sessão com assistência da Câmara e Governador das Armas sobre a requisição de duzentos homens que V. Exas. pedem para marchar contra a Bahia. Desejamos que V. Exas. estivessem presentes para verem a deliberação franca, que se deu a este respeito e a vontade que todos manifestaram a prestar-se nesta ocasião. Ficam portanto a marchar sem demora 200 homens de tropas de 1a. e 2a. linhas, gente bem escolhida, podendo V. Exas. contarem de certo com ela". (35)

Como se vê, a participação da Paraíba no processo independentista não se limitava a formulações de ordem teórica. Levava a sua solidariedade às últimas consequências. Dera já seu ideólogo a seus mártires. Mas não se recusava a continuar nas pugnas cruentas para consolidar a autonomia brasileira. Sua fidelidade à figura romântica de D. Pedro I, credenciando José Bonifácio a representá-la, se constituía num gesto de vidência política.

Não lhe fora fácil chegar a essa visão intuitiva. Até aí sucederam-se atitudes reformistas e conciliatórias. Exemplos de tais mudanças se podiam observar na eleição do médico Francisco de Arruda Câmara, o irmão do naturalista, para as Cor-

(35) Doc. do A. P. do E. de Pernambuco

tes de Lisboa, como, mais tarde, na do republicano Manuel Clemente Cavalcanti, o rebelde de 17 e 21, para o Conselho de Estado, criado pelo Imperador. (36)

Ficava, pois, a Paraíba em perfeita sincronização com a postura do Patriarca da Independência. Porque a continuidade da dinastia e a forma monárquica se lhe afiguravam meios de preservar a unidade da Nação e a integridade territorial.

Seus eventos revolucionários estavam em sincronismo com os de outras províncias do Norte, do Centro e do Sul. Significavam antecipações liberais da monarquia emergente, daquele querer viver coletivo da jovem Nação.

(36) PINTO, Irineu — ob. cit., vol. II, págs. 10 e 29.

APRESENTAÇÃO DO ORADOR — De todas as características distintivas do povo brasileiro talvez a mais geral e constante, a que constitui a força e a fraqueza ao mesmo tempo, que se eleva pela elegância e pelo poder comunicativo, é, sem dúvida, a bondade: A sensualidade com que o povo brasileiro examina os problemas alheios, a facilidade com que esquece e perdoa as ofensas feitas por terceiros, a ausência de preconceitos raciais, a ogeriza a soluções radicais, o despreendimento, a hospitalidade, o acolhimento, são nuances deste sentimento que constitui uma força do caráter nacional.

Não devemos confundir a bondade com a cortezia porque a cortezia decorre, sem dúvida, de um refinamento da civilização. A cortezia é adquirida, nada natural. A cortezia aprimora-se com o contacto com os homens, enquanto a bondade, que é inata no povo brasileiro, é uma delicadeza sem fórmulas e sem interesses. A bondade é pura, limpa, serena, de uma simplicidade quase primária, que transcende, na maioria das vezes, a própria ternura, o próprio afeto.

Mas, senhores, se estamos neste momento apresentando o admirável historiador piauiense Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves, é por força desse sentimento e ainda devido a essa bondade o Monsenhor ficará sereno, tranquilo e compreensivo na sua cadeira face às limitações de minha apresentação.

Senhores, nasceu o Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves no dia 9 de março de 1913, natural de Campo Maior, no Estado do Piauí. Suas primeiras letras, recebeu-as em Teresina. Teve, nos seus primeiros anos, a mesma vida determinada para o estudante pobre de antigamente. Sempre os argumentos da palmatória, da inflexível palmatória; sempre as fisionomias congestionadas, porém convincentes, de Quasímodos — professores de antigamente; as sabatinas da tabuada, onde o pânico se apoderava das crianças; as inquirições gestapianas. Teve preocupações com as moedazinhas contadas e com as roupas puídas. Preocupações estas que, sem dúvida alguma, confundiam-se com as brincadeiras de todas as crianças dessa idade: bodoque, papagaio, cow-boy, pião, contos de fada.

Assim foi a infância do Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves, historiador que tenho a honra de apresentar neste momento. Coursou preparatórios e terminou-os em Teresina. Seus problemas de fé — se me permite o ilustre apresentado — suas especulações de ordem filosófica foram resolvidos no curso de teologia, feito na cidade de Olinda, aqui em nosso Pernambuco. Buscou essas explicações à semelhança de mendigo insaciável porque no curso de teologia de Olinda teve o Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves oportunidade de aprimorar seus conhecimentos culturais, vistos no sentido filosófico, científico, literário e artístico; vistos sob os prismas de criação, de crítica, de desenvolvimento; vistos como valorização de suas idéias e fixação de valores espirituais.

Voltou a Teresina com as soluções encontradas em Olinda onde, como afirmi, tinha aprimorado seus conhecimentos e, por isso, adquirindo as soluções para